

O LUGAR E A ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO NA FILOSOFIA PRÁTICA DE KANT

PLACE AND SPECIFICITY OF EDUCATION IN PRACTICE PHILOSOPHY OF KANT

Renata Cristina Lopes Andrade*
Alonso Bezerra de Carvalho**

RESUMO

Podemos apontar a filosofia prática de Kant constituída e sustentada, apropriadamente, por duas partes: i) uma parte pura (não empírica), na qual o princípio moral é buscado e fixado; ii) uma parte empírica, que consiste na verificação da possibilidade de efetividade do princípio supremo da moralidade, nesse momento, levando-se em conta a condição e as particularidades da natureza humana. A educação, conforme concebida por Kant, compõe uma das partes de sua filosofia prática, isto é, a parte empírica (ou a segunda parte da moral), a qual tratará da moralidade aplicada ao ser humano – a ação em geral com valor moral, nesse caso, via educação. Pensamos que a efetivação moral via educação, mediante uma possível formação moral (formação e desenvolvimento do caráter) pode ser melhor evidenciada e compreendida quando localizamos o lugar singular que a educação ocupa no interior do pensamento moral kantiano, bem como quando estabelecemos as suas peculiaridades. Noutras palavras, ao refletirmos acerca de algumas questões, tais como: a educação, segundo Kant, pode alcançar a ação moral? Pode efetivar a moralidade? Ou, segundo Kant, a ética pode ser ensinada? Pesamos que, ao localizar o lugar próprio que a educação ocupa em sua filosofia prática, poderemos avaliar tais questões com mais segurança. No presente trabalho buscaremos explorar o lugar próprio e as especificidades da *Educação na Filosofia Prática de Kant*, o que significa, ademais, abordar a complexa ação de Kant ao desenvolver o seu pensamento prático.

Palavras-chave: Kant. Filosofia Prática. Moralidade. Pedagogia. Educação.

ABSTRACT

We point out the practical philosophy of Kant constituted and sustained, appropriately, of two parts: i) a pure part (not empirical), in which the moral principle is searched and fixed, ii) empirical part, which consists of the verification of the possibility of effectiveness of the supreme principle of morality, at that time, taking into account the condition and characteristics of human nature. The Education, as conceived by Kant, composes one of the parts of his practical philosophy, the empirical one (or the second part of morality), which treats morality applied to humans - the action usually with

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Marília. Bolsista CAPES. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Ética e Sociedade (GEPEES/CNPq). renatacrlopes@yahoo.com.br

** Doutor em Filosofia da Educação, professor do Departamento de Educação da Unesp/Assis e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unesp/Marília. Pós-doutor em Ciências da Educação pela Universidade Charles de Gaulle, Lille, França. Coordenador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Ética e Sociedade, cadastrado no CNPq.

moral value, in this case, through education. We believe that effective moral education pathway through a possible moral formation (formation and character development) can be better understood when shown and located the unique place that education occupies within the Kantian moral thinking, and when we set its peculiarities. In other words, when we reflect on some issues, such as education, according to Kant, can achieve moral action? Can effect the morality? Or, according to Kant, ethics can be taught? Weigh that in locating the proper place that education occupies in his practical philosophy, we assess these issues more safely. In the present work we will seek exploring the own place and the specifics of Education in Practical Philosophy of Kant, which means, in addition, address the complex action of Kant to develop your practical thinking.

Keywords: Kant. Practical Philosophy. Morality. Pedagogy. Education.

O pensamento moral kantiano foi, por vezes, criticado por seu rigorismo, formalismo, insensibilidade ou vazio, sendo apontado somente enquanto um sistema moral formalista ou purista. Por não levar em consideração, na formulação dos seus princípios (na *elaboração, busca e fixação* dos princípios morais), a natureza sensível do homem (condição e particularidades da natureza humana), o que diz respeito, por exemplo, à história, à educação ou à antropologia, são apresentadas, em grande medida, enquanto irrelevantes, desligadas ou desnecessárias à moralidade (ao valor moral das ações dos seres racionais) conforme pensada pelo filósofo de Königsberg¹.

Pensamos que a citada crítica é injusta com a sua filosofia prática, tendo em vista que, apesar da sua filosofia moral pura não fundar os seus princípios sob bases empíricas, Kant não deixou de abordar a constituição sensível da natureza humana, ou seja, a sua porção empírica. Então o que se coloca é: será Kant o filósofo cuja filosofia moral apresenta-se, de fato, enquanto um mero formalismo vazio, não efetiva e precária quanto a sua efetividade (realização)? Vejamos.

Ao nos aproximar da *Filosofia Prática* de Kant, podemos dizer que ela é constituída e sustentada por duas partes.

Temos o primeiro momento (o objetivo primeiro do seu pensamento prático) que diz respeito aos *fundamentos*, concentrando-se (exclusivamente) à *fundamentação da moralidade*, ou seja, na busca pelo *princípio supremo da moral* – os fundamentos do

¹ Essa interpretação pode ser traçada por contemporâneos de Kant, por exemplo, Schiller, que julga o ponto de vista de Kant na obra *Graça e dignidade*.

agir moral, eis a parte *pura* da doutrina moral de Kant². Tratando-se de uma *filosofia moral pura* (a busca pelos princípios da ação detentora de valor moral – a ação moral), a principal tarefa do filósofo, senão a única, é “a busca e fixação do princípio supremo da moralidade”³ (KANT, 1980, p. 106).

Devemos destacar que nas obras *Fundamentação da metafísica dos costumes* e *Crítica da razão prática*, a preocupação central (senão única) de Kant é a busca e fixação do *fundamento moral*, o qual deve ser puro e independentemente de se, de fato, será; isso significa que nesse âmbito não há ainda a preocupação com a efetivação ou realização do princípio supremo da moral.

Primeiramente, há uma filosofia moral pura, ou seja, o desenvolvimento de uma *metafísica dos costumes* (ou uma *metafísica moral*) a qual é separada de tudo o que possa ser empírico. De acordo com Kant:

Ora, a moralidade é a única conformidade das ações a leis que pode ser derivada, de um modo completamente *a priori*, de princípios. Em decorrência disto, a metafísica dos costumes é propriamente a moral pura, a qual não se funda sobre qualquer Antropologia (quaisquer condições empíricas). (KANT, 1983, p. 409).

Ora, o que exatamente se pretende quando se separa todos os elementos puros dos elementos empíricos ao tratar da moralidade? O que se deseja ao fundar uma moral *a priori*, isto é, ao instituir uma *metafísica dos costumes*? Quais os objetivos específicos da metafísica moral kantiana e porque ela deve ser desenvolvida e estabelecida anteriormente à parte empírica?

Segundo Kant, a tendência do ser humano à *Metafísica*⁴ não é um mero acaso, não é acidental, mas, antes, está presente em sua própria natureza, conforme o filósofo aponta no Prefácio à primeira edição da *Crítica da razão pura*:

² Kant chama de *puro* o que nada se mescla com dados empíricos (*Crítica razão pura* – Introdução). O *fundamento puro da moralidade* deve ser completamente depurado de tudo o que possa ser empírico que, segundo Kant, é sempre contingente, a base de nossa conduta não deve ficar a sorte de qualquer contingência.

³ Podemos dizer que a busca pelo princípio supremo da moralidade se dá inicialmente na *Fundamentação da metafísica dos costumes*, mediante a análise dos juízos morais comuns, segundo a qual Kant chega aos conceitos de *boa vontade*, *dever*, *imperativo categórico*. A fixação e desenvolvimento do *princípio* ocorrem a partir da 3^o seção da *Fundamentação* e *Crítica da razão prática*. Porém, digno de nota é enfatizar que a necessidade do *fundamento puro prático*, ou seja, uma lei que dite o que *deve acontecer* – dita todo o *dever ser*, já pode ser antevista desde a *Dissertação de 1770*, por exemplo, no §9, nota de rodapé.

⁴ Vale apontar que na primeira *Crítica* o filósofo centra-se no problema do conhecimento, verificando como o indivíduo constrói o conhecimento científico, observando, ademais, nessa obra, *a impossibilidade da metafísica enquanto ciência*, pois, se para haver conhecimento é indispensável ter dados empíricos e a metafísica não os apresenta, logo, não é possível fazer dela uma ciência. “A *Metafísica*, um conhecimento especulativo da razão inteiramente isolado que através de simples conceitos (não como a Matemática,

A razão humana, num determinado domínio de seus conhecimentos, possui o singular destino de se ver atormentada por questões, que não pode evitar, pois lhe são imposta pela sua natureza, mas às quais também não se pode dar respostas por ultrapassarem completamente as suas possibilidades.

Se são questões “inevitáveis” ao ser humano, então, era preciso procurar um caminho para abarcá-las, para tratar dos conceitos como o de liberdade, autonomia, moralidade. O caminho encontrado por Kant para garantir tais questões, para cuidar de tais conceitos, foi o desenvolvimento de uma *Filosofia Prática Pura*, a qual parte da elaboração e do estabelecimento de uma *Metafísica dos Costumes* (uma metafísica moral).

De acordo com Kant, o desenvolvimento de uma metafísica dos costumes, é indispensavelmente necessário, não por uma questão *especulativa*:

Uma Metafísica dos Costumes é, pois, indispensavelmente necessária, não só por motivos de ordem especulativa para investigar a fonte dos princípios práticos que residem *a priori* na nossa razão, mas também porque os próprios costumes ficam sujeitos a toda sorte de perversão quando lhes faltar aquele fio condutor e norma suprema do seu exato julgamento. (KANT, 1980, p. 105).

Ou seja, a necessidade de filosofia prática pura não se resume à ordem especulativa no intuito de averiguar a fonte dos princípios práticos e apresentá-los teoricamente, ou ainda, de explicar a ação segundo a sua origem. Mas, a importância e necessidade da metafísica dos costumes centram-se, precisamente, na ordem *prática*, por uma questão prática, isto é, o ponto é inerente ao princípio da ação, para que, por exemplo, os próprios costumes não fiquem sujeitos a perversões, corrupções e desvios do ponto de vista da moral, para que o ser humano não se deixe seduzir ou desviar

aplicando os mesmos à intuição), se eleva completamente acima do ensinamento da experiência na qual portanto a razão deve ser aluna de si mesma, não teve até agora o caminho seguro de uma ciência” (KANT, 1983, p. 11). Assim, conceitos como, por exemplo, de liberdade, vontade autônoma, moralidade, tornaram-se problemáticos à filosofia teórica. Todavia, tendo em vista que a tendência do homem à metafísica, segundo Kant, não é acidental, era preciso outro caminho para cuidar de tais questões. Se a filosofia especulativa não pôde dizer nada sobre a liberdade, moralidade, autonomia, era preciso procurar outro caminho, é então pela *filosofia prática*, partindo do desenvolvimento e estabelecimento de uma metafísica dos costumes, o caminho encontrado por Kant para tratar de tais questões. “Para *conhecer* um objeto requer-se que eu possa provar a sua possibilidade (seja pelo testemunho da experiência a partir da sua realidade, seja a priori pela razão). Mas posso *pensar* o que quiser desde que não me contradiga, isto é, quando o meu conceito for apenas um pensamento possível, embora eu não possa garantir se no conjunto de todas as possibilidades lhe corresponde ou não a um objeto. Mas requerer-se-á algo mais para atribuir validade objetiva (possibilidade real, pois a primeira era apenas lógica) a um tal conceito. Este mais não necessita, no entanto, ser procurado justamente nas fontes teóricas do conhecimento, também pode residir nas práticas” (idem, p. 16).

muito facilmente da sua obrigação moral, daquilo que deve acontecer – que *devemos* fazer do ponto de vista da moralidade.

Para Kant, tanto a razão especulativa quanto a razão prática não poderiam encontrar repouso seguro em parte alguma a não ser diante de uma crítica completa da razão⁵, estabelecendo, nesse sentido, o que Kant chama de *tribunal da razão*. O primeiro (razão teórica) uma crítica da própria capacidade de conhecer, uma crítica prévia da possibilidade, capacidade, alcances e limites da razão especulativa; o segundo (razão prática) uma crítica (exame) procurando evidenciar que há uma razão prática pura e, em vista disso, criticar (examinar) a sua faculdade prática, ou seja, a própria capacidade da razão na determinação da vontade. Uma vez demonstrada a existência de uma razão prática, o que será investigado é a sua própria faculdade prática, isto é, *o alcance da razão na determinação da vontade*. Como explica Kant (2003), a investigação prática é aquela que tem a ver simplesmente com *os fundamentos determinantes da vontade*.

Podemos pensar, então, que o criticismo kantiano preocupa-se com os fundamentos das legislações: da vontade (lei prática) para o caso da *Crítica da razão prática*, que funda *a priori* o *dever-ser*⁶, e da natureza (lei natural) para o caso da *Crítica da razão pura*, que funda *a priori* o que *é*. As segundas são do interesse da razão especulativa, ao passo que as primeiras, da razão prática.

A parte *pura* de ambos os interesses da razão (razão teórica e razão prática), aquela em que a razão determina o seu objeto de modo completamente *a priori* tem de ser exposta antes e sozinha, sem que com ela seja mesclado nada do que decorre de outras fontes, afinal, alerta Kant (1983, p. 10): “[...] constitui péssima economia gastar cegamente todos os ganhos sem poder distinguir depois, quando ela emperra, qual parte dos rendimentos pode arcar com a despesa e de qual parte se deve cortá-la”.

A parte pura do primeiro momento do pensamento prático kantiano (a metafísica moral), se justifica, pois:

i) uma filosofia prática mesclada não é capaz de oferecer princípio algum, não pode fornecer um princípio propriamente prático (leis práticas ou condições de estabelecimentos de leis práticas da vontade – eis a preocupação central de Kant no momento do desenvolvimento da sua metafísica moral); uma filosofia prática que se

⁵ Kant considera a *razão* enquanto a faculdade dos princípios – princípios do conhecimento e princípios práticos (KANT, 2003, p. 427).

⁶ Tudo aquilo que deve (necessariamente) acontecer do ponto de vista moral – tendo em vista o homem enquanto agente moral. Ou ainda, caso haja a preocupação com o valor moral da ação.

mescla com dados empíricos da física, da antropologia, da psicologia ou da experiência em geral, pode fornecer, no melhor dos casos, previsões, estatísticas, leis naturais, pode relatar/descrever casos particulares, porém, não é essa a preocupação de Kant, a preocupação localiza-se no sujeito da ação (o agente) e a *fonte* de suas ações, isto é, o *princípio da ação*.

ii) Kant (1983, p. 24) chama de *puro* o que nada se mescla com dados empíricos; o fundamento puro da moralidade deve ser completamente depurado de tudo o que possa ser empírico que, segundo Kant, é sempre *contingente* e a base da conduta humana não deve ficar a sorte de qualquer contingência. Na visão do filósofo, tudo o que provém da experiência é contingente e particular, diferente daquilo que provém da razão, cujo alcance pode ser universal, necessário e objetivo. Na *Crítica da razão pura*, Kant nos oferece este dado, diz ele: se no ato de conhecer estão presentes o sujeito e o objeto, sendo que a universalidade, necessidade e objetividade do conhecimento não podem vir do objeto, terão que vir então do sujeito⁷. Tratando-se da moralidade, há algo que se assemelha com essa “*revolução copernicana*”⁸ realizada pelo autor na primeira *Crítica*; tal como na razão teórica, Kant constatou na razão prática a impossibilidade de se buscar na experiência o princípio da ação, uma lei prática universal e necessária.

iii) uma filosofia prática mesclada (contingente, casual, acidental) pode levar ao bem como pode, em muitas situações, levar ao mal. Noutras palavras, uma filosofia moral mesclada apenas é capaz de oferecer razões ou motivos que podem, eventualmente ou acidentalmente, levar à virtude, mas que também podem, por vezes, levar ao vício, desqualificando as diferenças específicas entre *virtude* e *vício*, oferecendo, por exemplo, apenas a melhor técnica ou o melhor cálculo da ação, conselhos ou regras da habilidade.

A questão que se coloca é: se há a preocupação moral (com o valor moral da ação), o ser humano pode se deixar guiar por um “princípio”, por uma determinação, uma razão ou motivo tão vacilante? Se há a preocupação moral o homem pode deixar-se

⁷ Para Kant, o conhecimento é uma síntese dos elementos derivados da experiência e de dados *a priori* provenientes da estrutura transcendental do sujeito que conhece, a qual permite explicar que o conhecimento seja universal, necessário e objetivo, características essenciais a todo conhecimento científico. Por este motivo, Kant inicia a introdução à *Crítica da razão pura*, dizendo: “Não há dúvida de que todo o nosso conhecimento começa pela experiência [...]. Mas embora todo o nosso conhecimento comece *com* a experiência, nem por isso todo ele se origina justamente *da* experiência.” (KANT, 1983, p. 23).

⁸ “[...] O mesmo aconteceu com os primeiros pensamentos de *Copérnico* que, depois das coisas não quererem andar muito bem com a explicação dos movimentos celestes admitindo-se que todo o exército de astros girava em torno do espectador, tentou ver se não seria melhor que o espectador se movesse em torno dos astros, deixando estes em paz” (KANT, 1983, p. 12).

guiar ao acaso, por uma determinação (razão ou motivo), em suma, por um “princípio” que causalmente ou acidentalmente leva ao bem, mas que em muitas situações pode também encerrar-se em um grande mal? Ademais, como investigar a possibilidade de aplicação, o sucesso ou efetividade de algo se antes ele não foi devidamente e cuidadosamente fundado?

Eis a necessidade e relevância de, se tratado de uma filosofia prática (ou razão prática) elaborar e desenvolver primeiro uma metafísica moral, para somente depois abordar o empírico⁹. De acordo com Kant:

É verdade que as minhas afirmações sobre esta questão capital tão importante e que até agora não foi, nem de longe, suficientemente discutida, receberiam muita clareza pela aplicação do mesmo princípio a todo o sistema e grande confirmação pelo fato da suficiência que ele mostraria por toda a parte; mas tive que renunciar a esta vantagem, que no fundo seria também mais de amor-próprio do que de utilidade geral, porque a facilidade de aplicação e a aparente suficiência dum princípio não dão nenhuma prova segura de sua exatidão, pelo contrário, despertam em nós uma certa parcialidade para o não examinarmos e ponderarmos em toda a severidade por si mesmo, sem qualquer consideração pelas consequências. (KANT, 1980, p. 106-107).

Assim, o princípio moral, buscado e fixado na primeira parte da moral kantiana, deve ser puro (isolado de qualquer dado empírico) e independentemente de se irá ocorrer (realizar-se) ou não, a preocupação aqui se centra exclusivamente no *dever-ser* (tudo o que deve necessariamente acontecer do ponto de vista moral), na possibilidade de leis morais puras que possam determinar a conduta do homem por motivos *a priori*.

Isso significa que nesse âmbito não há ainda a preocupação com a efetivação do princípio supremo da moralidade, Kant busca, em sua metafísica moral, a fórmula do agir moral, uma fórmula precisa do *dever ser*¹⁰; tal tarefa se justifica, afinal:

⁹ Vale ressaltar que o empírico, se tratado de uma filosofia moral, não é descartado, não é eliminado pelo filósofo, o que não seria possível tendo em vista a própria constituição do homem – sensível e racional. Querer suprimir toda e qualquer sensibilidade, toda e qualquer experiência, parece contraditório com a própria natureza do homem, isto é, com a sua natureza *finita*. Desse modo, considerar a natureza finita do homem, parece algo necessário tratando-se de uma filosofia moral, tendo em vista a preocupação com o valor moral das ações, pois ainda que essa filosofia prática obtenha seu *princípio supremo – o princípio prático fundamental*, sem levar em consideração as peculiaridades da natureza humana, não poderá deixar de se indagar, em algum momento, sobre essa natureza e a aplicabilidade destes princípios aos seres racionais e sensíveis, nesse caso, o homem – um dos agentes morais. A sensibilidade, a experiência, em suma, o empírico, somente não é abordado (ou levado em consideração) na primeira parte da moral, o que se dá justamente pelos objetivos, pela tarefa, pelo o que se quer, em um primeiro momento, de uma filosofia prática.

¹⁰ As particularidades da ética do dever, ou ainda, a divisão dos deveres para o caso homem, foi investigado, posteriormente, por Kant no sistema da ciência, por exemplo, na *Antropologia de um ponto de vista pragmático, Metafísica dos costumes (Doutrina da virtude), Sobre a Pedagogia*. Acerca do

Quem, porém, sabe o que significa para o matemático uma fórmula, a qual para executar uma tarefa determina bem exatamente e não deixa malograr o que deve ser feito, não considerará uma fórmula, que faz isto com vistas a todo o dever em geral, como algo insignificante e dispensável. (KANT, 2003, p. 25).

Kant além de apontar e justificar o seu interesse tratando de uma investigação moral genuína, responde também às críticas endereçadas a ele – de que o filósofo não teria apresentado em sua investigação nenhum princípio novo da moralidade, mas somente uma nova fórmula¹¹.

Evidenciamos aqui a existência de uma *metafísica moral*, bem como a necessidade de sua elaboração que, segundo Kant, representa a *Moral* propriamente dita, a qual completamente purificada de tudo o que possa ser empírico, encontre, desse modo, nada além que a *fórmula do dever moral*, isto é, o *fundamento*, uma legislação (um *princípio supremo*) que determine todo o *dever ser*, ou seja, tudo o que deve (necessariamente) acontecer do ponto de vista da moralidade (mesmo que não ocorra uma só vez).

A presente tarefa constitui, de acordo com Kant (1980), algo completo e bem distinto de qualquer outra investigação moral. Afirmação que parece correta, pois, historicamente, a base da moralidade fora, antes de Kant, buscada na ordem da natureza (em necessidades naturais), em tradições, no anseio pela felicidade, na vontade de Deus, ou ainda no sentimento moral.

Via-se, segundo Kant (1980), o homem ligado a leis pelo seu dever, porém, não ocorreu a ninguém que o ser humano estivesse sujeito somente à sua *própria legislação*¹². Nesse sentido, temos a reformulação precisa (e a novidade de Kant) do princípio da moralidade (do fundamento das leis morais).

Podemos apontar, nesse contexto, que as tentativas anteriores a Kant de fundamentar a moralidade consistiam, na maioria dos casos, em heteronomias;

sistema da crítica e sistema da ciência na investigação prática, temos: “[...] a determinação específica dos deveres como deveres humanos, para dividi-los, somente é possível se antes o sujeito dessa determinação (o homem) for conhecido segundo a natureza que ele efetivamente detém, embora apenas na medida em que é necessário com relação ao dever em geral; tal determinação, porém, não pertence a uma *Crítica da razão prática* em geral, que só deve indicar completamente os princípios de sua possibilidade, de seu âmbito e limites, sem referência particular à natureza humana. Portanto, a divisão pertence aqui ao sistema da ciência e não ao sistema da crítica” (KANT, 2003, p. 25-27).

¹¹ Kant refere-se, nesse momento, precisamente a Gottlob August Tittel (1739-1816), adversário da ética kantiana. Cf. KANT, 2003, p. 25.

¹² De acordo com Santos (2011, p. 205), temos aqui a referência de Kant “aos esforços empreendidos por seus antecessores na busca e fundamentação de um princípio supremo para a moralidade, Kant alude às dificuldades daqueles e aponta para a causa do fracasso de suas empreitadas”.

fundavam-se, portanto, em algo externo ao homem, colocava-se o princípio da heteronomia da vontade por julgar-se que a vontade não pudesse ser determinada senão por algo exterior a ela. Seguindo com a posição de Kant, o motivo da moralidade heterônoma se deu pela ausência de uma investigação moral genuína, ou seja, com elementos puros, assim, as presentes investigações não possibilitaram nada de sólido em matéria da moral, não possibilitaram nada que pudesse identificar e fornecer, na visão de Kant, o *princípio supremo da moralidade*. Como explica Rohden (2003), contra as ilusões da heteronomia a crítica prática justifica-se como necessária.

Kant coloca a sua argumentação acerca da fundamentação da moral (sua crítica prática) sob a base da existência de um princípio supremo moral: *autônomo, universal e incondicional*. Desse princípio prático é dependente a própria possibilidade da moralidade, ou seja, a própria possibilidade do autêntico valor moral das ações.

Em pelo menos dois momentos (em particular), um na *Fundamentação* e outro na segunda *Crítica*, obras nas quais temos o núcleo da filosofia moral pura, nos deparamos com a essencial preocupação de Kant ao elaborar de uma *filosofia prática pura*:

[...] Mesmo que nunca tenham havido ações que tivessem jorrado de tais fontes puras, a questão não é agora de saber se isto ou aquilo acontece, mas sim que a razão por si mesma e independente de todos os fenômenos ordena o que deve acontecer [...]. (KANT, 1980, p. 120).

Trata-se aqui não do sucesso mas somente da determinação da vontade e do *fundamento determinante da máxima* da mesma como enquanto vontade livre. Pois, se somente ante a razão pura a **vontade** é conforme às leis, então seja como for a execução da sua faculdade, quer ela surja ou não efetivamente segundo essas máximas da legislação de uma natureza possível, disso não se ocupa absolutamente a Crítica, que investiga aí se e como a razão pura pode ser prática, isto é, imediatamente determinante da vontade. (KANT, 2003, p. 153, grifo nosso).

Por fim, ainda sobre a primeira parte da moral kantiana, importa dizer que a filosofia prática pura (a metafísica moral) cuidará, especificamente, de traçar os primeiros *princípios* da ética, pois de outro modo, na ausência do princípio (do fio condutor), segundo Kant, não poderíamos olhar para a efetividade ou para o ensino da ética com segurança, ou seja, a própria possibilidade do ensino da ética (uma doutrina ética) estaria comprometida¹³. Nas palavras do filósofo:

¹³ Podemos dizer que essa doutrina ética será traçada nas obras posteriores à filosofia moral pura, por exemplo: *A religião dentro dos limites da simples razão, Metafísica dos Costumes, Antropologia de um*

Mas, não é, portanto, inútil, muito menos ridículo, traçar nessa metafísica *os primeiros princípios da ética*; para isso somente enquanto um filósofo poderá observar os primeiros princípios dessa concepção do dever, de outro modo, *não poderemos olhar para o ensino da ética (doutrina ética) com segurança ou pureza*¹⁴. (KANT, 2008, p. 1-2, grifo nosso).

No entanto, o pensamento prático de Kant não se resume à parte pura, não se trata apenas da busca pelos fundamentos morais, da procura do ideal de moralidade, noutras palavras, não se resume apenas à possibilidade (busca) de leis morais puras que devem determinar a conduta do homem por motivos *a priori*¹⁵.

Há também o segundo momento (o objetivo segundo da filosofia prática kantiana), que diz respeito à aplicabilidade, à efetivação, à realização e alcance do princípio moral. Eis a parte *empírica* do pensamento prático de Kant, o qual tratará, especificamente, *da moralidade aplicada ao ser humano*, isto é, da divisão do *dever ser* para a natureza humana – ser racional e sensível. Segundo Kant (1983, p. 409): “[...] toda a Filosofia é ou um conhecimento a partir da razão pura ou um conhecimento racional a partir de princípios empíricos. A primeira chama-se *filosofia pura*, a segunda *filosofia empírica*”¹⁶.

A parte empírica da filosofia prática kantiana também trata do *dever ser*, ou seja, ocupa-se com tudo aquilo que deve, necessariamente, acontecer do ponto de vista da moralidade, porém leva em consideração as especificidades e particularidades da natureza humana; o que Kant, em alguns momentos da sua filosofia prática, chamará de *ética* (KANT, 1997).

A parte empírica cuidará de “esquematizar” os puros princípios do dever pela aplicação destes aos casos da experiência e apresentá-los prontos para o uso moral¹⁷.

ponto de vista pragmático, *Sobre a pedagogia*. Em primeiro lugar, com a *Fundamentação* e a *Crítica da razão prática* temos a preocupação de Kant com a ação moral, posteriormente, há a preocupação com a ação em geral que pode ter valor moral.

¹⁴ Vale aqui observar que mesmo antes da *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785), da segunda *Crítica* (1788) e *Metafísica dos costumes* (1797), obras importantes da filosofia prática kantiana, Kant nos acena no texto *Elementos metafísicos da ética* publicado em 1780, com as duas partes da moral – pura e empírica – bem como com a possibilidade do ensino da ética, ou seja, uma doutrina ética.

¹⁵ Kant (1983, p. 24) chama de *a priori* não o que independe desta ou daquela experiência, mas *absolutamente* independente de toda experiência.

¹⁶ *Itálicos acrescentados*.

¹⁷ *Doutrina da Virtude* VI. Evidentemente, não se trata do *Esquematismo* pretendido por Kant em termos especulativos na *Crítica da razão pura*, afinal, a lei moral não pode ser apresentada na intuição, mas antes, em termos práticos, trata-se de uma típica a qual já encontramos indícios na *Crítica da razão prática* sob o título: *Da típica da faculdade de julgar prática*, que cuidará da questão prática de saber como fazer da lei moral se realizar no mundo sensorial. O que é necessário, pois, uma teoria moral, ainda que obtenha seu *princípio supremo* sem considerar as particularidades da natureza humana, não pode deixar de se indagar sobre a efetividade destes princípios aos seres racionais e sensíveis, nesse caso, o

Desse modo, pensamos que crítica de mero formalismo ou vazio endereçada à filosofia prática de Kant é, em grande medida, injusta, já que o filósofo, apesar de não fundar os seus princípios morais em bases empíricas, não descarta a importância da parte empírica em seu pensamento prático, o desenvolvendo, por razões justificadas, em um segundo momento. Como explica Kant (2003, p. 59): “[...] uma metafísica dos costumes não pode ser fundada sobre a antropologia, mas certamente pode ser aplicada sobre ela”. Ou seja, a legislação prática não deve ser fundada em bases empíricas, mas pode ser aplicada empiricamente.

Klaudat (2010, p. 78-9) aponta que a filosofia prática kantiana apresenta uma parte que é “um sistema de conhecimento *a priori* de conceitos somente”, o qual é independente da experiência ou condições subjetivas (particulares) da natureza humana, significando uma *metafísica dos costumes* ou *metafísica moral*, mas que há outra parte da filosofia prática que é formada por um modo de conhecimento que não é *a priori*, ao contrário, trata-se de uma parte que é sustentada pela experiência, tal parte cuida das condições subjetivas da natureza humana. Desse modo, tem-se o que pode atrapalhar/dificultar ou ajudar/auxiliar os seres humanos (ser racional e sensível) a cumprir a legislação de uma metafísica moral; trata-se, nesse momento da filosofia prática, de uma investigação que forma uma *antropologia moral*.

Essa parte ou sistema de conhecimento *a priori* de conceitos é o que Terra (2003) denomina de *sistema da crítica* e explica que a *Fundamentação da metafísica dos costumes* e a *Crítica da razão prática* estariam no âmbito do sistema da crítica, vale dizer, da investigação, do exame, da análise reflexiva, enquanto que a *Religião*, *Metafísica dos costumes*, *Antropologia*, *Educação*, estariam no âmbito da *ciência*, ou seja, da efetivação, do alcance, da realidade ou realização.

Segundo Terra, a diferença entre o *sistema da crítica* (a parte pura) e o *sistema da ciência* (parte empírica) estaria no fato de que a primeira se concentrou na formulação da lei moral – na fórmula universal da moralidade, enquanto que o segundo, vale dizer, o sistema da ciência, levando em consideração a natureza humana, as especificidades do ser humano, buscou determinar a divisão dos *deveres* para o caso Homem, preocupou-se com a efetivação, realização ou alcance moral.

O sistema da *crítica* (parte pura) pressupõe uma fundamentação da moralidade, representa a possibilidade de um princípio supremo da moral, indica e justifica a

homem. Desse modo, segundo Terra (2003, p. 80): “Tanto o esquema quanto o tipo são mediadores e possibilitam a aplicação da lei, teórica no primeiro caso, prática no segundo”.

fórmula determinada de todo o *dever-ser*. Por outro lado, a determinação particular dos deveres como *deveres humanos*, encerra-se no âmbito do sistema da *ciência* (parte empírica).

Podemos pensar que a transição do *sistema da crítica* para o *sistema da ciência* significa a possibilidade de acrescentar um mínimo de empiricidade sem que o caráter fundamental (puro) seja comprometido, sem que haja rupturas com a lei prática pura fundada anteriormente. À fundação da moralidade coube o fundamento relativo ao princípio da ação; porém, se há a preocupação moral, é necessário estar atento para que a ação propriamente dita não implique uma inteira ruptura com a legislação da razão prática pura, mas, antes, represente o suplemento de tal lei, ou seja, a ação vai procurar efetuar a moralidade, na medida em que torna possível o seu exercício externo.

A parte empírica da filosofia prática de Kant foi desenvolvida, por exemplo, nas obras: *A religião nos limites da simples razão*, *Metafísica dos costumes – Doutrina do Direito e Doutrina da Virtude*, *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, bem como em suas preleções sobre Geografia e Educação.

Desse modo, podemos pensar a *Filosofia Prática* de Kant constituída e sustentada, apropriadamente, por duas partes:

i) uma parte pura (não empírica), na qual o *princípio supremo da moralidade* é buscado e fixado independente de todo e qualquer dado empírico, eis o momento de busca e fixação do fundamento da ação moral;

ii) uma parte empírica, que consiste na verificação da possibilidade de efetividade do princípio moral supremo, nesse momento, leva-se em conta as especificidades da natureza humana, tem-se a preocupação com a ação em geral com valor moral¹⁸.

A citação de algumas passagens é suficiente para marcar essa posição; não são poucos os momentos em que Kant nos acena com a divisão da filosofia prática em *pura* e *empírica*. Por exemplo:

A metafísica dos costumes, ou *metaphysica pura*, é apenas a primeira parte da moralidade; a segunda parte é a *philosophia moralis*

¹⁸ Querer dividir a *Filosofia* em pura e empírica, somente seja plausível tendo em vista que a filosofia pura cuida do pensamento (da teoria), enquanto que a filosofia empírica da aplicação. Em geral, pensamos que somente nessa perspectiva essa divisão se sustenta, afinal, a filosofia é intimamente guiada (ligada) pelas questões humanas, isto é, *sobre e do homem*. Por outro lado, na *filosofia prática de Kant*, pensamos que essa divisão se sustenta, primeiramente, em razão das preocupações do filósofo tendo em vista a moralidade, ou seja, a busca e fixação de princípio prático puro e, segundo, se levamos em consideração a necessidade da divisão da metafísica dos costumes análoga à da metafísica da natureza, conforme aponta Kant no Prefácio da *Fundamentação*.

applicata, antropologia moral, à qual os princípios empíricos pertencem [...] A filosofia prática geral é propedêutica. A antropologia moral é a moralidade aplicada ao homem. *Moralia pura* é baseada em leis necessárias, e assim ela não pode ser fundamentada na constituição particular do homem, e as leis baseadas nisso ficam conhecidas na antropologia moral sob o nome de ética. (KANT, 1997, p. 226).

Ou,

Desta maneira surge a ideia duma dupla metafísica, uma Metafísica da Natureza e uma Metafísica dos costumes. A Física terá sua parte empírica, mas também racional; igualmente a Ética, se bem que nesta a parte empírica se poderia chamar especialmente Antropologia prática, enquanto que a racional seria a Moral propriamente dita. (KANT, 1980, p. 103).

A *moral pura*, a *filosofia moral pura*, ou ainda, a *Moral* propriamente dita, segundo Kant, diz respeito a uma lei necessária (objetiva), ou seja, independentemente de toda e qualquer subjetividade (toda e qualquer particularidade humana); a possibilidade de efetividade dessa lei será investigada, posteriormente, com a *antropologia prática*, *antropologia moral*, ou ainda, *filosofia moral aplicada*, sob o nome de *ética*. Tais termos referem-se também ao estudo empírico do ser humano que, segundo Loudon (2000), podemos denominá-lo de *ética impura*¹⁹.

Ao abarcarmos a complexa concepção da ação de Kant ao tratar da moralidade, observamos que a parte empírica (a *ética impura* – muitas vezes negligenciada de sua filosofia prática) centra-se nos textos em que Kant, ao abordar questões acerca da natureza e condição humana, traz para o debate da sua filosofia prática os elementos de uma moral aplicável, isto é, aborda partes relevantes da experiência humana, por exemplo, a própria natureza e a condição do ser humano, a cultura, a educação, (elementos tais que muitos de seus críticos apontaram a ausência), investigando, desse modo, a possibilidade da *efetividade moral*, de realização ou eficácia do fundamento puro dos costumes.

Enxergamos a *parte pura* e a *parte impura* da moral kantiana enquanto necessárias e complementares, posição que parece ser sustentada pelo próprio filósofo²⁰.

¹⁹ Loudon chama a atenção para o fato de que Kant dedicou muitos de seus estudos e aulas à investigação empírica do ser humano, a qual seria necessária para a efetivação dos princípios puros.

²⁰ Observamos que a divisão entre *puro* e *empírico* na filosofia prática kantiana também é vislumbrada na *Crítica da razão prática* em um pequeno capítulo sob o título de “*Doutrina do método da razão prática pura*”. Em tal passagem, Kant (2002, p. 239) afirma: “Muito antes entender-se-á por esta doutrina do método o modo como se pode proporcionar às leis da razão prática pura **acesso** ao ânimo humano, **influência** sobre as máximas do mesmo, isto é, como se pode fazer a razão objetivamente prática também

Kant, segundo Oliveira (2006, p. 71, grifo nosso), ressalta:

[...] a *necessidade* de uma antropologia prática para nos tornar aptos a *aplicar a moral* propriamente dita através da nossa faculdade de julgar, que, por sua vez, *é aprimorada pela experiência*. Precisamos da antropologia prática para que sejamos capazes de acolher em nossa vontade, pela vida da *educação* e do exercício, as leis morais em seus princípios e também assegurarmos a *sua eficácia*, seja pelo *aprendizado na nossa formação moral*, seja pela força externa do direito.

Levando em consideração o todo (a arquitetura) da Filosofia Prática de Kant, podemos visualizar, desse modo, o lugar próprio da educação no interior de sua filosofia (no conjunto do seu pensamento prático)²¹, bem como a sua função específica, isto é, a educação enquanto um dos mecanismos capaz de aplicação dos princípios morais, noutras palavras, um dos caminhos para a efetivação da própria moralidade, ou seja, um dos mecanismos capaz de assegurar a *eficácia moral pelo aprendizado na nossa formação moral*.

Veja, não será o caso, mediante a educação, de mesclar dados empíricos aos elementos puro da moral, mas antes, de levar em consideração o que é relevante para efetivação ou alcance do princípio supremo da moralidade, vale dizer, a própria *natureza e condição humana*.

Conforme explica Oliveira (2006, p. 71-72):

Estas referências à antropologia moral, como podemos depreender, implicam o tema da educação onde está inserida o tema da formação moral [...] Kant lança uma pergunta que até hoje nos faz pensar: Como poderíamos tornar os homens felizes, se não os tornamos sábios e morais? Para isso é preciso que sejam educados.

Desse modo, pensamos que temos com a educação, no interior da filosofia prática de Kant e conforme concebida pelo filósofo, o desenvolvimento, a difusão, o fortalecimento e a possibilidade de efetivação dos princípios práticos, ou seja, o fortalecimento e efetividade da própria moralidade, a possibilidade da ação (em geral) do ser humano detentora de valor moral, mediante a *formação moral do homem*.

subjetivamente prática”. Eis a necessidade de averiguar o emprego da legislação moral à realidade dos costumes dos seres humanos.

²¹ Pensamos não ser possível separar a reflexão kantiana acerca da educação do conjunto do seu sistema, em particular, do conjunto do seu sistema prático. Encontramos essa posição assinalada por Crampe-Casnabet e Loudon, respectivamente: “É impossível separar a reflexão kantiana sobre a pedagogia do conjunto do seu sistema. A teoria do conhecimento, a ética, a política, a filosofia da história fundamentam organicamente o discurso pedagógico” (CRAMPE-CASNABET, 1990, p. 229) e “[...] as ligações intertextuais deverão ser devidamente exploradas na interpretação da filosofia kantiana da educação (LOUDEN, 2000, p. 35).

No que diz respeito à educação, o filósofo coloca que não se trata apenas de saber se seríamos mais felizes no estado de barbarismos ou no estado de cultura e civilização, antes, trata-se, de acordo com Kant (1999, p. 28), de uma questão fundamental, a saber: “como poderíamos tornar os homens felizes, se não os tornamos morais e sábios?”.

O caminho para tal fim encontramos, principalmente, nas preleções *Sobre a Pedagogia (Über Pädagogik)*, embora também haja algumas referências nas obras *Crítica da razão pura*, *Crítica da razão prática*, *Metafísica dos costumes*, bem como na *Antropologia de um ponto de vista pragmático*.

Sobre a Pedagogia é resultado de relatos recolhidos por Friedrich Theodor Rink, aluno de Kant, quando o filósofo lecionou cursos de pedagogia na Universidade de Königsberg²². Vale apontar que:

Os professores de Filosofia da Universidade de Königsberg deviam regularmente ministrar curso de pedagogia aos estudantes, revezando-se. M. Crampe-Casnabert refere que as Lições de Pedagogia foram ministradas por Kant em 1776/77, 1783/84 e 1786/87 (KANT, 1999, Prefácio).

Os professores de filosofia das universidades alemãs ocupavam-se também de cursos de Pedagogia, o que se justifica, afinal, muitos dos filósofos da época tiveram por objeto de reflexão e indagações a educação.

Observamos que o tema da educação muitas vezes não é levado em consideração enquanto discussão filosófica do pensamento kantiano, o que ocorre, em grande medida, pelo modo como a sua filosofia prática é tratada costumeiramente, ou seja, não se leva em consideração (ou não se apreende o valor) a sua parte empírica, a qual é negada, muitas vezes, pelas desconfianças no que diz respeito à origem e autoria – autêntico/não autêntico, kantiano/não kantiano – por exemplo, do texto *Sobre a Pedagogia*. Pensamos ser possível desfazer a desconfiança acerca da autenticidade, em particular, das preleções *Sobre a Pedagogia* quando levamos em consideração as demais posições (embora não sistemáticas) de Kant acerca da educação em sua Filosofia, como é o caso da *Doutrina do Método* das obras *Crítica da razão pura* e, principalmente, da *Crítica da razão prática*.

Temos aqui indícios do lugar da *pedagogia* (a doutrina ou teoria da educação) na filosofia prática de Kant. Segundo o filósofo, a pedagogia é “a contrapartida da

²² A presente obra foi publicada por Rink (mediante autorização de Kant) em 1803, um ano antes da morte de Kant.

metafísica dos costumes”. Desse modo, devemos encarar, tendo em vista uma melhor compreensão da filosofia prática de Kant, a teoria educacional kantiana como um capítulo do seu pensamento prático, um complemento que trata, particularmente, da *ética aplicada*, onde “aplicada” significa o estudo empírico das especificidades humanas, da cultura, da condição e natureza do ser humano, localizando, ademais, o que auxilia e o que limita o gênero humano alcançar os *princípios morais*, isto é, “os princípios que determinam *a priori* e tornam necessários o *fazer e o deixar fazer*” (KANT, 1983, p. 409).

Em suma, podemos encarar a pedagogia kantiana enquanto um estudo que pode auxiliar o *fazer com valor moral*.

Queremos dizer que mediante a *educação*, Kant aponta um dos mecanismos (não o único, mas um deles) que pode fornecer efetivamente a resposta à questão prática: “*o que devo fazer*”, de modo a fazer (realizar) com valor moral.

Afetado por tantas inclinações, em muitas situações, o ser humano por si só, pode não apresentar a capacidade imediata de efetivar a moralidade, ou seja, de fazer o que se *deve* ser feito do ponto de vista da moralidade (o que Kant denomina, por vezes, de o processo de desenvolvimento de sua *Humanidade*²³), mister se faz o auxílio do *outro*; o outro, segundo o filósofo, podemos encontrá-lo com a *Educação*.

Nesse sentido, podemos pensar que o valor das ações humanas pressupõe a educação, uma vez que “por natureza o ser humano não é um ser moral em absoluto” (KANT, 1999, p. 95). Kant aponta que o homem é capaz de conceber a ideia de uma razão prática pura, porém, não é espontaneamente dotado de uma força necessária para torná-la eficaz *in concreto* no seu comportamento, em sua vida. As *máximas da ação* do ser humano, diz o filósofo, são *cultiváveis* e, um dos caminhos para tal cultivo centra-se (embora não exclusivamente) na educação.

Com indícios do lugar específico da educação no interior da filosofia prática de Kant (a parte empírica da moral kantiana), podemos pensar a educação enquanto um dos caminhos, apontado pelo filósofo, para o alcance moral, isto é, para uma possível *efetivação* da moralidade, uma possibilidade de formação moral (do caráter) da natureza humana.

²³ Kant caracteriza a *Humanidade* por: desenvolvimento de habilidades, qualidades e capacidades, desenvolvimento da prudência, alcance do conhecimento e da liberdade. Para o pleno desenvolvimento do ser humano (desenvolvimento de sua *Humanidade*) é pressuposto o desenvolvimento da *razão*, que para o filósofo, é a faculdade dos princípios – princípios do conhecimento e princípios práticos. A educação, conforme a concepção de Kant, parece ser um dos mecanismos capaz de tal desenvolvimento.

Da disposição da filosofia prática kantiana podemos evidenciar o lugar singular que a pedagogia (e a educação) ocupa no interior da filosofia prática de Kant, ou seja, a segunda parte da moral/parte empírica/ética impura; bem como podemos vislumbrar, dado esse espaço próprio, a importância que o processo educativo possui segundo o seu pensamento.

Podemos considerar a educação kantiana (a doutrina da educação de Kant enquanto uma extensão de sua filosofia prática pura) como um mecanismo capaz de efetivar/realizar o dever prático, como um dos caminhos para o cultivo das *máximas morais* ou o desenvolvimento contínuo (o progresso sem fim) das máximas da ação, segundo Kant, a virtude²⁴.

Em estudos posteriores, tendo em vista alargar as reflexões acerca da filosofia da educação de Kant (inserida no interior do seu pensamento prático)²⁵, será necessário averiguar o *como*. Se a educação apresenta-se como um dos caminhos, apontado pelo filósofo, para a formação moral, quais são, então, os meios para essa formação? Como alcançar/realizar a moralidade mediante a educação? (para que o homem possa agir de modo que a sua ação tenha um autêntico valor moral). Como formar o caráter? Como cultivar máximas morais, ou seja, desenvolver constantemente uma máxima da ação? A moralidade, o dever prático e, conseqüentemente, a autonomia e liberdade moral são ensináveis? Por fim, *como* é possível aplicar um princípio formal às ações concretas. A lei prática, embora não fundada sob bases empíricas, pode ser efetivada empiricamente?

O que significa, além de compreendermos a pedagogia kantiana (entendida enquanto uma doutrina da educação), ponderarmos sobre a seguinte questão: afinal, a ética pode ser ensinada?

Eis questões que ficam em aberto para um próximo trabalho.

²⁴ “Virtude é a fortaleza moral da vontade” (KANT, 2004, p. 40). Porém, o filósofo adverte que tal definição não esgota o conceito de virtude, afinal, é possível atribuir a mesma *fortaleza moral* a um ente santo (sobre-humano), desse modo, no que diz respeito à *virtude humana* Kant completa a sua definição dizendo que: “[...] a virtude é a fortaleza moral da vontade de um *homem* no cumprimento do seu *dever* [...]” (idem); noutras palavras – “A virtude é a força da máxima do homem no cumprimento do seu dever” (KANT, 2004, p. 29).

²⁵ É sabido que as teorias pedagógicas implícita ou explicitamente discutem uma formação ou uma concepção da natureza humana, pensamos que nesse ponto temos a conexão entre a teoria pedagógica de Kant (a sua doutrina da educação) e as teorias pedagógicas em geral, o que nos remete a uma filosofia da educação no pensamento kantiano.

Referências

- HÖFFE, O. **Immanuel Kant**. São Paulo: Martins fontes, 2005.
- KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores, Kant II).
- _____. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- _____. **Éducation**. Michigan: The Michigan University Press, 1996.
- _____. **Sobre a Pedagogia**. Piracicaba: Unimep. 1999.
- _____. **Dissertação de 1770**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1982.
- _____. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. **Metafísica dos costumes**. Lisboa: Ed. 70, 2004.
- _____. **Metafísica dos costumes**. Bauru: Edipro, 2003.
- _____. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- _____. **The metaphysical elements of ethics**. Hong Kong: Forgotten Books, 2008. Disponível em: <www.forgottenbooks.org>. Acesso em: 29 mar. 2013.
- KLAUDAT, A. Os princípios de aplicação da metafísica dos costumes de Kant. **Revista Étíc@**, Florianópolis v. 9, n. 1, p. 77-87, 2010.
- LOUDEN, R. B. **Kant's impure ethics: from rational beings to human beings**. New York: Oxford University Press, 2000.
- _____. A segunda parte da moral: a antropologia moral de Kant e sua relação com a metafísica dos costumes. **Ethic@**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 27-46, jun. 2002.
- OLIVEIRA, M. N. de. A educação na ética kantiana. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 447-460, set./dez. 2004.
- _____. **A Filosofia da educação de Kant e o ensino da virtude**. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/marionogueiraoliveira.rtf>. Acesso em: 27 mar. 2013.
- _____. Para inspirar confiança: considerações sobre a formação moral em Kant. **Revista Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 69-77, 2006.
- PINHEIRO, C. de M. **Kant e a educação: reflexões filosóficas**. Caxias do Sul: Educus, 2007.
- SANTOS, R. dos. Liberdade e coerção: a autonomia moral é ensinável? **Studia Kantiana**, Santa Maria, n. 11, p. 201-216, 2011.
- SCHILLER, F. **Graça e dignidade**. São Paulo: Iluminuras, 1991.
- TERRA, R. **Passagens: estudos sobre a filosofia de Kant**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.
- WALKER, R. **Kant e a Lei moral**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.